

UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA DESCONCENTRAÇÃO E DA REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA BAIANA NO PERÍODO 1990-2000

*Paulo Antonio de Freitas Balanco**

*Marcelo Xavier do Nascimento***

RESUMO

Este trabalho analisa o comportamento da indústria da Bahia no período 1990-2000, procurando detectar as transformações ocorridas relativamente à sua distribuição espacial e à sua reestruturação. Mediante o emprego de medidas de localização e de especialização, próprias dos estudos de economia regional, com base no emprego formal, conclui que a desconcentração da indústria baiana rumo ao interior foi relativamente modesta, enquanto a reestruturação desta atividade mostrou-se pouco significativa no período.

Palavras-chave: indústria, desconcentração industrial, reestruturação industrial, Bahia.

ABSTRACT

This article analyzes the behavior of the industry of Bahia in the period 1990-2000, trying to detect the transformations happened relatively to both space distribution and restructuring. By location and specialization measures, belongs to regional economics, with base in the formal job, it concludes that the dilution of the Bahia's industry heading for the interior was relatively modest, while the restructuring of this activity was shown little significant in the period.

Key Word: Industry. Industrial Dilution. Industrial Restructuring. Bahia

INTRODUÇÃO

No Brasil recente, em face da substantiva redução da ação do governo federal como agente de planejamento econômico, os governos estaduais transformaram-se nos responsáveis principais pela condução do desenvolvimento regional. Em consequência, estes passaram a praticar iniciativas isoladas, não raramente predatórias, de atração de investimentos, mediante a adoção de mecanismos que consubstanciaram, entre outros, a chamada guerra fiscal. Visavam, assim, criar medidas de endogeneização do desenvolvimento com o estabelecimento de vínculos de solidariedade entre cadeias produtivas, procurando com isso disseminar benefícios auferidos no plano local.

Seguindo esse padrão, na década de 1990, o governo do estado da Bahia iniciou um processo agressivo de atração de investimentos com o propósito declarado de promover modificações em sua indústria. Entre os principais objetivos, tendo em vista a duradoura

* Doutor em Economia pela UNICAMP, professor do Curso de Mestrado em Economia e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia. balanco@ufba.br

** Graduando em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, bolsista de iniciação científica-PIBIC/CNPq.

concentração industrial na Região Metropolitana de Salvador (RMS), estava a desconcentração desta atividade em direção ao interior do estado e a fixação de uma determinada reestruturação da mesma visando, sobretudo, o adensamento do parque industrial e a redução relativa da especialização em bens intermediários.

Neste sentido, com a finalidade de investigar as conseqüências decorrentes da aplicação dessa diretriz, o objetivo do presente trabalho é analisar o comportamento da indústria de transformação e extrativa mineral do estado da Bahia no período de 1990 a 2000. Procurou-se avaliar os impactos espaciais efetivos daquela política, ao tempo em que também foram investigadas as conseqüências em termos das mudanças estruturais dessa mesma atividade durante o período citado. Para tal finalidade, efetuou-se uma análise exploratória baseada em determinados instrumentos de economia regional, as chamadas medidas de localização e de especialização. Assim, mediante o uso da variável emprego formal na indústria, foram calculados os coeficientes de redistribuição e de reestruturação, cujos resultados servem como orientação para a análise proposta.

Além desta introdução, este artigo apresenta seção 2, onde se faz uma breve descrição do desenvolvimento industrial da Bahia entre 1960 e 1990, a seção 3, onde são analisadas as transformações econômicas gerais experimentadas pelo capitalismo e pela economia brasileira nas décadas recentes e a nova orientação industrial aplicada pelo governo baiano a partir dos anos 1990. Na quarta seção avalia-se a evolução do emprego industrial na Bahia no período 1990-2000, enquanto na quinta seção efetuadas análises empíricas a respeito das mudanças da indústria objetivando captar possíveis transformações em termos da distribuição espacial (desconcentração) e da reestruturação. Por fim, na seção 6, são emitidas algumas opiniões a título de conclusão.

TRAÇOS GERAIS DA EVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA BAHIA ENTRE 1960 E 1990

As primeiras tentativas visando uma mudança da base dinâmica da economia baiana, do modelo agrário-exportador centrado na cacauicultura para a atividade industrial, começam com a decisão da Petrobrás, nos anos 50, de construir a refinaria Landolfo Alves no Recôncavo Baiano. Tal iniciativa, associada às demandas da indústria petrolífera, foi seguida na década seguinte pela política de desenvolvimento implementada pelo regime militar, em cujo núcleo os incentivos fiscais passaram a ocupar um lugar relevante. Neste sen-

tido, o CIA (Centro Industrial de Aratu), localizado em Simões Filho, município da Região Metropolitana de Salvador (RMS), representava a criação do primeiro distrito industrial do estado, em que se destacavam as atividades da indústria metal-mecânica.

Como se sabe, a política de desenvolvimento nacional encaminhada a partir de meados da década de 1960 tinha como finalidade o aprofundamento da integração do mercado interno do país. Com isso, foi possível a fixação de uma nova divisão nacional do trabalho e, simultaneamente, a constituição de uma determinada descentralização industrial relativamente aos centros econômicos do Brasil, a saber, as regiões Sul e Sudeste. (CANO, 1997; DINIZ, 1993; PACHECO, 1996). Por conseguinte, planejadas como produtoras industriais em um contexto de complementaridade, as regiões que se industrializam tardiamente passaram a contar com ramos e setores de produção de bens intermediários. No que tange à Bahia, os investimentos industriais realizados naquele período destinaram-se em cerca de 85% a este setor (GUERRA & TEIXEIRA, 2000).

Seguindo esta diretriz, nos anos 70, com a instalação da indústria petroquímica, é introduzido o outro grande pilar da industrialização baiana. A criação do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), também na RMS, investimento que compunha o grupo de projetos inseridos no II PND, representava a implementação do segundo grande distrito industrial estadual. Portanto, verifica-se que as inversões industriais na Bahia, durante aquele período, concentraram-se no setor metalúrgico e químico, e, geograficamente, na área de abrangência da capital do estado em função de determinadas vantagens comparativas presentes naquela amplitude espacial.

Este ciclo de acumulação apresenta entre suas características principais, além da concentração espacial e setorial da produção industrial, em virtude da vinculação daquelas atividades aos centros industriais do país, a ausência de uma dinâmica econômica endógena mais robusta, o que acabou por tornar o estado dependente de fluxos de investimento externos para impulsionar um novo ciclo de acumulação (GUERRA & TEIXEIRA, 2000). Ainda, em decorrência do papel de fornecedora de insumos para a indústria de bens finais do Centro-Sul, a indústria baiana viu-se diante da inexistência de encadeamentos setoriais, portanto, reduzindo os efeitos multiplicadores sobre a economia local.

Na década de 1980 a economia brasileira experimentou um processo de estagnação que acabou por apressar o fim do Modelo de Substituição de Importações. Foi naquele período que a dívida externa transformou-se em fonte permanente de crise, levando ao en-

cerramento das fontes de financiamento externo tão intensamente utilizado no período anterior. A precipitação da crise da dívida, na qual se destaca o crescimento vertiginoso dos compromissos com o pagamento de juros, reduziu em muito a importância das políticas regionais, o que acabou contribuindo para a redução das taxas de crescimento do PIB naquela década. Entretanto, aquele perfil industrial que fora fixado na Bahia, acabou por facilitar o esforço exportador encetado para o pagamento dos juros da dívida externa e impediu que a economia baiana sofresse uma retração tão intensa quanto aquela enfrentada pela economia nacional.

Na primeira metade da década de 1980 a indústria baiana manteve taxas de crescimento superiores ao resto do país, em boa medida pela desenvoltura da indústria química que, em meio à crise econômica instalada na indústria paulista, consegue direcionar parte da sua produção para o exterior e porque ainda desfrutava da maturação de investimentos no COPEC referentes ao II PND.

No ambiente perverso dos anos 80 há que se destacar também a aceleração inflacionária a níveis inéditos para a história do Brasil contemporâneo. Este foi um fator que muito contribuiu para inibição dos investimentos privados quando o Estado desenvolvimentista iniciou seu processo de retirada, perfil que se acentuaria a partir dos anos 1990. Segundo Pacheco (1996), “o investimento torna-se muitas vezes um ato isolado”; além disso, chama a atenção “para a importância, nos anos 80, da dissociação entre as decisões de inversão pública e privada”. A título de ilustração, naquela década, a indústria em geral no Brasil cresceu apenas 3,6%, enquanto a indústria de transformação amargou uma queda de 6,4%.

O Nordeste também teve sua participação no PIB brasileiro reduzida entre 1985 e 1989 de 14,1% para menos de 12,5%, enquanto a participação da economia baiana no PIB nacional também caiu, de 5,35% em 1985, para 4,49% em 1990.

AS TRANSFORMAÇÕES DA DÉCADA DE 90 E A NOVA ORIENTAÇÃO INDUSTRIAL NA BAHIA

As chamadas reformas neoliberais começaram a ser introduzidas tardiamente no Brasil no final dos anos 1980. Entre outras, no que tange àquelas relacionadas à função econômica estatal, as mudanças ocorridas acabaram por minimizar substantivamente a concepção de desenvolvimento econômico que o país aplicara até então. Refletindo essa infle-

xão, inicia-se um conjunto de reformas orientadas para o mercado, a saber, abertura comercial, liberalização financeira, privatização de empresas estatais e desregulamentação dos mercados (AZEVEDO & TONETO Jr., 1997).

A abertura comercial do efêmero governo Collor induziu as empresas a se modernizarem e a buscarem ganhos de eficiência no comércio internacional. Contudo, posteriormente à abertura, a exposição do mercado interno à concorrência internacional de maneira abrupta e relativamente abrangente provocou uma queda significativa do emprego industrial.

A seguir, o êxito relacionado à contenção inflacionária provocada pelo Plano Real, adotado em 1994, não impediu que a economia brasileira ficasse sujeita a um elevado grau de instabilidade. Em boa medida, tal situação decorreu do aprofundamento da integração da economia ao mercado internacional e da desregulamentação financeira, fatores que contribuíram para a internalização de um processo de vulnerabilidade comum aos países subdesenvolvidos na época da globalização financeira.

Desde então, a ação principal do governo federal esteve voltada para a administração de crises recorrentes mediante a aplicação de políticas macroeconômicas preocupadas com a busca quase impossível da estabilidade. Dessa forma, a crença dos formuladores de política econômica na “virtuosidade das forças de mercado” levou à substituição, ou omissão, das questões regionais. Como consequência, a abertura comercial obrigou os governos estaduais separadamente a buscarem inserção nacional e internacional, acirrando a disputa entre os mesmos pelos escassos investimentos industriais. Este embate acabou por ocasionar o que Pacheco (1996) chama de “fragmentação da nação”, situação que assinala o arrefecimento dos elos de integração produtiva entre os estados.

Os anos 1990 põem fim ao processo de desconcentração industrial que fora presenciado entre as regiões brasileiras no período 1975-1985, o qual favoreceu o avanço da industrialização das regiões mais atrasadas, em particular o Nordeste. Assim sendo, em virtude da estagnação relativa e em decorrência dos processos de reestruturação experimentados pela economia brasileira entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, chega a ocorrer, na opinião de alguns autores, uma tendência à reconcentração de indústrias no Sudeste do país, em certa medida impulsionada pelos “novos requisitos locacionais” (CANO, 1997; DINIZ, 1993). Segundo Pacheco (1999) e Azevedo & Toneto Jr. (2000), esse padrão espacial não foi generalizado para todos os setores industriais, mas somente para aqueles que

priorizam fatores locacionais e externalidades presentes em abundância naquela região. Deste modo, outros segmentos perseguem critérios espaciais de modalidades distintas, como, por exemplo, mão-de-obra mais barata, incentivos fiscais, proximidade do mercado consumidor e fontes de matéria-prima. Estes são aqueles que apresentavam uma tendência de migração para as regiões Norte e Nordeste. Surge assim uma nova territorialidade industrial brasileira, na verdade, ditada pela concorrência globalizada, mas sujeita às particularidades de cada setor.

Neste contexto, a Bahia implementou rigidamente as orientações emanadas das agências internacionais relacionadas à adoção do modelo de “Estado mínimo”. Inicia-se, no começo da década, a organização das contas do estado visando o saneamento financeiro do setor público, objetivo que deveria ser alcançado mediante a modificação de suas funções relativas ao desenvolvimento socioeconômico. Com isso, foi possível, de acordo com Menezes (2000), ao estado “acessar financiamentos das instituições multilaterais, realizando, a partir de então, um significativo conjunto de obras de infra-estrutura econômica”, destacando-se entre eles o Programa de Corredores Rodoviários, adotado para a reforma de parte da malha viária do estado.

Com o equilíbrio fiscal e alguns investimentos em infra-estrutura, tornou-se possível para o Estado da Bahia ocupar um lugar de relativo destaque na chamada guerra fiscal. Posicionado de acordo com o receituário de fundamentação neoliberal, o governo baiano lançou programas arrojados de atração de investimentos privados, como o PROBAHIA e outros que, segundo Souza & Pacheco (2003), “teve como objetivo diversificar a malha industrial do estado, estimular a transformação de recursos naturais, interiorizar o processo de industrialização e de reforço da capacidade tecnológica”.

Declaradamente, as políticas formuladas governo baiano na década de 1990 tiveram como objetivo a indução de um novo ciclo de acumulação visando superar as dificuldades manifestadas anteriormente e impulsionar a economia para um patamar de competitividade condizente com a nova realidade. As prioridades foram dirigidas para a interiorização da indústria e a diversificação produtiva - principalmente através da implantação de indústrias de bens de consumo, e o adensamento das cadeias produtivas do estado, estimulando uma dinâmica econômica endógena, setorialmente encadeada, menos suscetível aos “espasmos” da demanda de outras regiões.

Com o propósito de melhor compreender as preocupações do governo baiano com o desenvolvimento industrial dentro dessa nossa diretriz, optou-se por apresentar e analisar as projeções de investimento e, atrelado ao mesmo, o nível de emprego a ser criado para o período 1992-1996. Dessa forma, como este trabalho analisa o desempenho da indústria da Bahia no período 1990-2000, teremos uma referência com a qual comparar os resultados obtidos, dado que os investimentos projetos para implantação entre 1992 e 1996 já estariam maturados até o ano final (2000) de nosso período de análise.

Conforme a distribuição espacial destes empreendimentos, como pode ser verificado na Tabela 1, seriam destinados ao interior do estado 54,2%, enquanto a RMS receberia 45,8% da totalidade dos projetos aprovados pelo PROBAHIA. Quanto ao emprego previsto, a situação é ainda mais favorável ao interior, que absorveria 65,8%, enquanto a RMS apenas 34,2%. Com base nas informações fornecidas pela Tabela 1, pode ser inferido, por um lado, no que se refere ao emprego, que determinado privilégio é conferido ao interior, já que parece claro uma perspectiva relativamente baixa de incorporação de mão-de-obra na indústria da RMS para o período em questão. Porém, por outro lado, quando se observa mais detidamente a distribuição dos empreendimentos aprovados para a Região Metropolitana de Salvador, é confirmada certa reprodução da concentração da atividade industrial naquela região do estado. Relativamente ao interior, a RMS continua em uma posição favorável, pois 45,8% do total dos projetos previstos seriam destinados àquela região, o que não deixa de ser um índice bastante acentuado tendo em vista a posição privilegiada que já desfrutava.

Tabela 1
Bahia – Projeção de investimentos e de criação de emprego na indústria segundo a localização: 1992-1996

Localização	Nº de Projetos	Empregos Previstos	Nº de Projetos %	Empregos Previstos %
RMS	71	5.066	45.8	34.2
Interior	84	9.733	54.2	65.8
Geral	155	14.799	100,0	100,0

Fonte: Secretaria Executiva do Probahia

Evidentemente, a convergência dos investimentos naquela direção é proveniente de vantagens comparativas prévias, pois os principais municípios da RMS dispunham de uma base constituída de indústrias, serviços e infraestrutura montada durante as décadas de 60 e

70, fator que acaba pesando decisivamente na alocação dos investimentos e neutralizando, até certo ponto, a decisão oficial anunciada.

Em 1998, o Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do estado da Bahia veio a confirmar os objetivos traçados no PROBAHIA, principalmente no que tange à desconcentração industrial e ao adensamento de cadeias produtivas. Além disso, destaca-se a iniciativa do governo de estimular a criação de indústrias de bens finais, entre as quais os segmentos calçadista e têxtil, beneficiados por um tratamento especial do governo e pela expansão do mercado consumidor local (MENEZES, 2000).¹

O COMPORTAMENTO DO EMPREGO INDUSTRIAL ENTRE 1990 E 2000

Entre 1990 e 2000 a economia brasileira apresentou recuo dos níveis de emprego industrial. Como pode ser visto na Tabela 2, naquele período, o emprego formal na indústria caiu 10,7% em todo o país, perfazendo a expressiva marca de aproximadamente 600.000 postos de trabalho fechados. A maior parte dessa queda concentrou-se entre 1990 e 1995, quando a variação do emprego atingiu a taxa negativa de 10,4%, enquanto, no período seguinte, entre 1995 e 2000, a redução circunscreveu-se a uma taxa de apenas -0,4%.

Evidentemente, o comportamento deu-se de forma diferenciada entre os estados, mas os dados mostram que o impacto dos fatores inibidores do emprego, entre eles a abertura comercial, foi maior na primeira metade da década. No Nordeste, por sua vez, o emprego industrial também sofreu uma redução relativamente grande neste primeiro período (-9,5%). Na segunda metade da década, porém, ocorreu uma recuperação de 7,7%, de qualquer modo, insuficiente para impedir uma retração de 2,5% durante a década, ou, cerca de 59.000 empregos a menos. Essa retomada do emprego industrial do Nordeste na segunda fase da década se deve, principalmente, à transferência de empresas produtoras de bens de consumo, sobretudo calçadistas, oriundas das regiões Sul e Sudeste.

Por conseguinte, na Bahia o desempenho do emprego industrial praticamente se iguala àquele vivenciado pelo Nordeste na primeira metade, a saber, uma queda de 9,4%. Contudo, no que tange à segunda metade da década, a recuperação baiana foi muito mais acentuada, o suficiente para provocar uma expansão líquida positiva do emprego durante

¹ No caso do setor calçadista, o governo do estado chegou a oferecer diferimento do ICMS para os insumos e equipamentos e infra-estrutura para a implantação da fábrica, além de crédito presumido de até 90% do imposto incidente durante o período de até 15 anos de produção.

toda a década, quer dizer, uma elevação de 13%, correspondente a 2.581 postos de trabalho a mais em 2000 relativamente a 1990. Como pode ser visto, muito embora a Bahia tenha experimentado um desempenho diferenciado relativamente ao Brasil e ao Nordeste, este crescimento ainda deve ser considerado extremamente modesto em se tratando de um período de tempo de 10 anos.

Tabela 2

**Brasil, Nordeste e Bahia - Indústria de transformação e extrativa mineral
Evolução do Emprego: 1990-2000**

ANO	1990	1995	2000	1990-1995	1995-2000	1990-2000
Brasil	5.595.263	5.016.121	4.994.969	-10,4%	-0,4%	-10,73%
Nordeste	620.809	561.837	605.217	-9,5%	7,7%	-2,5%
Bahia	108.847	98.567	111.428	-9,4%	13,0%	2,4%

Fonte: RAIS

Esta impressão torna-se mais acentuada quando se analisa o desempenho do emprego industrial baiano de acordo com o critério de desagregação anual setorial. Como mostram os dados da Tabela 3, ano a ano, há uma tendência decrescente do desempenho do emprego. Comparando os anos de 1990 e 2000, separadamente, constata-se um crescimento muito pequeno do emprego na década, o que, de certa maneira, mostra, por um lado, o reflexo da abertura comercial e da elevação da concorrência, forçando as empresas à reestruturação interna, quando não ao fechamento. Por outro lado, parece explícito que a mobilização de esforços do governo estadual para atrair novos empreendimentos foi, no geral, apenas suficiente para permitir a recuperação dos empregos perdidos, mas não para expandi-los.

Tabela 3

Bahia – Indústria de transformação e extrativa mineral - Evolução do emprego setorial: 1990-2000

SETOR\ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Extrat Mineral	6.078	5.223	7.263	6.379	8374	6.302	9.055	5.578	4.718	4.352	5.856
Min não Met	9.143	6.791	6.680	6.967	6794	6.368	6.739	7.271	7.921	8.128	8.892
Ind Metalurg	7.914	7.126	5.604	5.951	6.908	6.600	5.522	6.497	5.492	6.466	6.754
Ind Mecânica	3.697	3.885	4.303	3.950	960	1.044	1.299	1.473	1.847	2.107	2.464
Elet e Comun	1.614	1.235	1.171	1.052	1.203	784	825	887	968	996	1.147
Mat Transp	823	1.170	822	419	596	543	667	1.120	1.209	1.319	1.390
Mad e Mobil	7.032	5.566	4.308	4.308	4.077	4.598	4.921	5.216	4.085	4.720	5.249
Papel e Graf	7.328	6.957	6.702	6.114	5.176	6.776	6.723	6.495	7.067	6.202	6.308
Bor Fum Cour	6.141	5.761	4.868	6.092	4.115	4.883	4.590	5.165	5.011	4.655	4.723
Ind Química	26.226	23.183	21.053	19.265	16.160	17.652	14.052	16.560	13.790	14.484	18.711
Ind Textil	9.863	9.052	7.556	7.917	10.761	10.299	9.461	9.590	9.572	11.032	13.496
Ind Calçados	311	512	284	338	260	229	153	237	1.626	4.967	8.350
Alim e Beb	22.677	21.947	21.983	23.552	28.104	32.489	27.825	27.676	26.164	26.638	28.088
Total	108.847	98.408	92.597	92.304	93.488	98.567	91.832	93.765	89.470	96.066	111.428

Fonte: RAIS

Entre 1990 e 1994 o estado perdeu mais de 15 mil empregos na indústria. Neste período, dos treze ramos analisados, apenas três expandiram o estoque de trabalhadores, com destaque para o setor de alimentos e bebidas, que gerou quase 5 mil empregos. Em sentido contrário (de queda), o caso mais significativo foi o ramo químico com mais de 10 mil empregos perdidos. Em 1995 ocorre uma abrupta recuperação decorrente dos efeitos do Plano Real, o que fez o emprego crescer em 5 mil unidades. Sem surpresas, entretanto, essa explosão repentina concentra-se quase que totalmente no setor de alimentos e bebidas, um dos ramos industriais mais beneficiados pela redução dos índices inflacionários obtidos pelo Plano Real.

Entretanto, após 1995, a retomada não se mantém, e os níveis do emprego industrial voltam a cair entre 1995 e 1998. Na verdade, a recuperação de toda a década somente se inicia em 1999 com a indústria de calçados, cujo emprego quadruplica naquele ano relativamente ao anterior. Mas é somente no ano 2000 que o total de trabalhadores supera os números de dez anos atrás, mediante, mais uma vez, com a contribuição decisiva do ramo calçadista, que, naquele ano, praticamente dobrou o contingente de empregados, acompanhado pelo setor químico e têxtil.

Ao analisarmos mais detalhadamente estes dados comparando-se os anos inicial e final do período em questão, ver-se-á, como pode ser visto na Tabela 4, que, dos 13 setores industriais selecionados, nove deles apresentaram regressão do emprego, enquanto apenas quatro registraram expansão. Entre os recuos mais significativos, combinando-se o desempenho do emprego em termos relativos e absolutos, estão os setores da indústria mecânica (-33,4% de variação e 1.233 postos fechados), da indústria química (-28,7% e 7.515) e da madeira e do mobiliário (-25,4% e 1.783). Na direção oposta, temos os quatro setores que expandiram o emprego, três deles de forma excepcional na combinação relativa e absoluta, a saber, a indústria calçadista (2.584,9% de variação e 8.039 novos postos), a indústria têxtil (36,8% e 3.633) e a indústria de alimentos e bebidas (23,9% e 5.411).

Tabela 4
Bahia – Indústria de transformação e extrativa mineral
Evolução do emprego setorial: 1990 e 2000

SETOR\ANO	1990 (A)	2000 (B)	B - A	B/A
Extrat Mineral	6.078	5.856	-222	-3,7%
Min não Met	9.143	8.892	-251	-2,7%
Ind Metalurg	7.914	6.754	-1.160	-14,7%
Ind Mecânica	3.697	2.464	-1.233	-33,4%
Elet e Comun	1.614	1.147	-467	-28,9%
Mat Transp	823	1.390	567	68,9%
Mad e Mobil	7.032	5.249	-1.783	-25,4%
Papel e Graf	7.328	6.308	-1.020	-13,9%
Bor Fum Cour	6.141	4.723	-1.418	-23,1%
Ind Quimica	26.226	18.711	-7.515	-28,7%
Ind Textil	9.863	13.496	3.633	36,8%
Ind Calçados	311	8.350	8.039	2.584,9%
Alim e Beb	22.677	28.088	5.411	23,9%
Total	108.847	111.428	2.581	2,4%

Fonte: RAIS

DESCONCENTRAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA BAIANA NO PERÍODO 1990-2000

Com a finalidade de investigar as ocorrências de desconcentração e de reestruturação decorrentes da efetivação de investimentos industriais na economia baiana durante a década de 90, pautados oficialmente em uma perspectiva de interiorização e adensamento do parque industrial do estado, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: (i) foram empregadas algumas técnicas de economia regional chamadas de **medidas de localização** (o coeficiente de redistribuição) e **medidas de especialização** (o coeficiente de reestruturação), os quais serão melhor especificados mais adiante (HADDAD, 1989); (ii) tendo em vista estes coeficientes, a atividade industrial na Bahia foi investigada em um determinado nível de agregação correspondente aos 13 grandes setores industriais anteriormente abordados – obedecendo a critérios de classificação subsetorial do IBGE - compreendendo a indústria de transformação e extrativa mineral; (iii) a variável de análise considerada foi o emprego formal nestes setores; (iv) a base de dados adotada, também já utilizada nas análises acima, fornecedora do nível de emprego nestes setores industriais, foi a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho; (v) amplitude espacial considerada diz respeito ao Estado da Bahia e suas microrregiões homogêneas. (vi) os resultados dos coeficientes de redistribuição e de reestruturação, por si mesmos tomados como indicação exploratória, são combinados com o conceito de “aglomeração industrial”

(SABOIA, 2001) visando ampliar a análise da desconcentração industrial da Bahia no período.

O coeficiente de redistribuição e avaliação da desconcentração industrial

- Coeficiente de Redistribuição

$$CRdi = \{ [\sum_j (| (Eij / Eit)_0 - (Eij / Eit)_1 |)] / 2 \} / 100$$

Onde:

Eij = emprego na indústria i da região j ;

Eit = emprego na indústria i de todas as regiões;

Etj = emprego em todas as indústrias da região j ;

Ett = emprego em todas as indústrias e de todas as regiões;

i = indústrias ($i = 1, \dots, n$);

j = regiões ($j = 1, \dots, m$);

$n = 13$ (Setores da indústria de transformação e extrativa mineral no Estado da Bahia);

$m = 31$ (Microrregiões homogêneas do Estado da Bahia).

Os valores do Coeficiente de Redistribuição variam no seguinte intervalo: $0 < CRdi < 1$. De tal forma que:

$CRdi \approx 1$: a indústria i experimenta mudanças significativas no seu padrão espacial de localização entre o ano 0 (base) e 1 (corrente). Trata-se, portanto, de um indicativo de realocação da indústria no interior da amplitude espacial global.

$CRdi \approx 0$: a indústria i não conhece mudanças significativas no seu padrão espacial de localização entre o ano 0 (base) e 1 (corrente). Corresponde a um indicativo de inexistência de movimento de realocação da indústria no interior da amplitude espacial global.

Conforme os mostram os resultados obtidos para o coeficiente de redistribuição ($CRdi$), apresentados na Tabela 5, parece claro que somente a indústria de calçados experimentou um padrão de desconcentração espacial intenso no período 1990-2000. Neste intervalo

de tempo, constata-se que a dispersão setorial-espacial mais expressiva, distinguindo-se fortemente relativamente às demais, manifesta-se mediante um Crdi de 0,80. Este resultado do setor calçadista, num primeiro momento, decorre particularmente dos estímulos fiscais e de outra ordem oferecidos pelo governo do estado às empresas desse ramo que optassem por se instalar em municípios do interior. A seguir, com valores bem mais baixos do Crdi, mas não completamente desprezíveis, dignos de menção, aparecem as indústrias mecânica (0,49) e extrativa mineral (0,48) respectivamente.

Tais resultados sugerem que a análise da questão da desconcentração espacial da indústria da Bahia deve ser tratada de maneira mais detalhada, procurando enxergar outras informações encobertas pelos resultados do coeficiente de redistribuição, particularmente aquele obtido para a indústria calçadista. Segundo os dados da RAIS, mostrados nas Tabelas 8 e 9, quanto a este setor, as microrregiões mais exitosas foram Juazeiro, Jequié, Itapeitinga e Ilhéus-Itabuna. Contudo, no ano base de 1990, praticamente nenhum município apresentava dados minimamente significativos quanto ao emprego nesta indústria. Isto quer dizer, portanto, que, de fato, não ocorreu desconcentração, mas tão-somente a introdução da mesma no espaço do estado da Bahia entre 1990 e 2000. Ademais, o coeficiente de redistribuição apresenta este resultado elevado somente porque tal atividade é inserida, por assim dizer, pela primeira vez naquele período em um número de microrregiões geograficamente dispersas no território baiano, partindo, portanto, de uma base praticamente geográfica nula, pois, antes de 1994, ela praticamente inexistia.

Por outro lado, se adotarmos outra orientação metodológica quanto à espacialidade, considerando um nível de agregação mais elevado do emprego, não há como negar que esta indústria contribui para a desconcentração industrial do estado. Assim, no plano da distribuição do emprego industrial entre a Região Metropolitana de Salvador e o Interior, verifica-se a perda de participação relativa da RMS e o crescimento da participação relativa do interior no período em análise, conforme já vimos na Tabelas 3 e 4, e confirmadas pelas Tabelas 7, 8 e 9.

Quanto aos demais setores com alguma tendência dispersora na década, destaque-se, em primeiro lugar, o setor mecânico: entretanto, o valor do coeficiente de redistribuição não reflete a ocorrência de mudança espacial significativa. Conforme pode ser observado nas Tabelas 8 e 9, em boa medida, as mudanças aqui observadas deveram-se a alterações internas das microrregiões tradicionalmente concentradoras desta atividade. Observa-se,

dessa forma, decréscimo do emprego na RMS em 79% e elevação do emprego na microrregião de Feira de Santana em mais de 1.200%. Por outro lado, verificou-se o surgimento desta indústria com algum grau de relevância em uma nova microrregião, de Ilhéus-Itabuna, a qual apresentava resultados inexpressivos em 1990.

Em segundo lugar, a indústria extrativa mineral mostrou uma queda do emprego nas microrregiões mais ao interior do estado. Regiões tradicionais como Serrinha, que perdeu 814 empregos, e Brumado, com retração de 1.104, deram lugar às microrregiões de Ilhéus-Itabuna, Catu e Salvador, com um crescimento líquido de 510, 882 e 414 respectivamente. Em face desse resultado e considerando-se a natureza deste setor, podemos dizer que este valor apenas reflete um comportamento peculiar desta indústria setor, em que a atividade de extração está necessariamente vinculada à ocorrência de jazidas. Portanto, o movimento de capitais dentro deste setor depende de novas descobertas e independe de uma política industrial. Na RMS e em Catu a ampliação das atividades de prospecção e produção de petróleo explica em boa medida o desempenho positivo.

Tabela 5
Bahia – Indústria de transformação e extrativa mineral
Coefficiente de Redistribuição: 1990-2000

SETORES	1990-2000
1. Indústria de calçados	0,80
2. Indústria mecânica	0,49
3. Indústria extrativa mineral	0,48
4. Indústria dos produtos minerais não metálicos	0,36
5. Indústria da borracha, fumo, couro, peles etc. similares.	0,35
6. Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido	0,31
7. Indústria da madeira e do mobiliário	0,29
8. Indústria do material elétrico e comunicação	0,22
9. Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica.	0,19
10. Indústria metalúrgica	0,16
11. Indústrias de produtos alimentícios, bebidas e álcool	0,14
12. Indústria do material de transporte	0,13
13. Indústria química	0,09

Fonte: RAIS

Por outro lado, verifica-se inércia espacial em alguns setores, em especial o metalúrgico ($Cr_{di} = 0,16$) e o químico ($Cr_{di} = 0,09$), dos mais relevantes para o parque industrial baiano, ambos permanecendo concentrados na microrregião de Salvador, a qual, em 2000,

apresentava 61,3% e 84,5%, respectivamente, do emprego destes setores no estado (ver Tabelas 8 e 9). De uma maneira geral, essa microrregião, juntamente com a de Feira de Santana, centraliza os maiores contingentes de emprego formal da indústria do estado, salvo algumas exceções, a exemplo do setor de alimentos e bebidas. Também este setor mostrou-se em inércia ($Cr_{di} = 0,14$). Quanto a este setor, ao contrário dos dois setores vistos acima, a inércia tem um caráter benigno. Por ser o mais desconcentrado, estando presente de forma mais homogênea em toda a amplitude do território baiano, tanto em 1990 quanto em 2000, justifica-se o baixo valor obtido com coeficiente de redistribuição, embora tenha contribuído de forma absoluta, como já foi visto, para a recuperação do nível de emprego geral no final da década de 1990.

Em que pese ter ocorrido nos anos 90 um fluxo relativamente intenso de novos investimentos para o estado, os dados exprimem que a maioria se direcionou para áreas já tradicionalmente dominantes, reforçando as estruturas produtivas existentes, exceto, é claro, a indústria calçadista. Dessa forma o perfil geográfico da atividade industrial baiana não sofre alterações significativas, não obstante o estado comece a despontar como produtor de bens finais, imprimindo mudanças em algumas microrregiões interioranas.

O coeficiente de reestruturação e análise das mudanças estruturais na indústria

- Coeficiente de Reestruturação

$$CR_j = \{ [\sum_i (| (E_{ij} / E_{tj})_1 - (E_{ij} / E_{tj})_0 |)] / 2 \} / 100$$

Onde:

E_{ij} = emprego na indústria i da região j ;

E_{it} = emprego na indústria i em todas as regiões;

E_{tj} = emprego em todas as indústrias da região j ;

E_{tt} = emprego em todas as indústrias em todas as regiões;

i = indústrias ($i = 1, \dots, n$);

j = regiões ($j = 1, \dots, m$);

$n = 13$ (Setores da indústria de transformação e extrativa mineral no Estado da Bahia);

$m = 31$ (Microrregiões homogêneas do Estado da Bahia).

Os valores do Coeficiente de Reestruturação também variam no intervalo: $0 < CR_j < 1$. De tal forma que:

- $CR_j \approx 1$: a região j passa por reestruturação profunda na composição de seus setores industriais entre o ano 0 (base) e 1 (corrente). Há, portanto, indicações de mudança na estrutura industrial no interior da própria região.
- $CR_j \approx 0$: a região j não experimenta reestruturação na composição de seus setores industriais entre o ano 0 (base) e 1 (corrente). Dessa forma, há indicações de manutenção da estrutura industrial no interior da própria região.

O coeficiente de reestruturação é uma medida utilizada para detectar alterações na estrutura industrial de uma determinada amplitude espacial. A leitura desse indicador deve ser feita de forma semelhante ao anterior: quanto mais próximo de 1 for o valor apurado, mais intensa terá sido a modificação da distribuição setorial do emprego dentro da microrregião.

Tendo em vista que a Bahia possui um grande número de microrregiões e que muitas são formadas por municípios com base industrial insignificante, serão escolhidas para compor a análise aquelas mais representativas, mesmo que seu coeficiente seja pequeno, ou algumas das quais o coeficiente de reestruturação apresente resultados significativos (igual ou maior a 0,5).

De acordo com os dados mostrados na Tabela 6 é possível constatar que nove microrregiões apresentam resultados acima de 0,5 nos valores do coeficiente de reestruturação (CR_j) da indústria no período 1990-2000. Entretanto, entre estas, apenas cinco se encontravam entre as microrregiões com mais de 1% do emprego industrial total do estado no ano 2000 (ver Tabela 7). Portanto, baseado neste critério, ver-se-á que, das três microrregiões que apresentaram CR_j com resultados mais expressivos (acima de 0,70), apenas duas delas (Itapetinga e Brumado) são merecedoras de uma avaliação mais criteriosa. Mais uma vez, a análise mais detalhada, para além da indicação exploratória apresentada pelo CR_j , permite um enriquecimento da avaliação e, ao mesmo tempo, uma relativização do aparente resultado positivo quanto à reestruturação.

Tabela 6
Bahia: microrregiões
Coefficiente de Reestruturação na indústria: 1990-2000

MICRORREGIÕES	1990-2000
1. Itapetinga	0,87
2. Entre Rios	0,73
3. Brumado	0,71
4. Boquira	0,59
5. Jeremoabo	0,58
6. Euclides da Cunha	0,58
7. Guanambi	0,57
8. Paulo Afonso	0,56
9. Serrinha	0,56
10. Alagoinhas	0,49
11. Barra	0,48
12. Santa Maria da Vitória	0,46
13. Irecê	0,45
14. Ilhéus-Itabuna	0,45
15. Livramento de Brumado	0,41
16. Jequié	0,35
17. Bom Jesus da Lapa	0,32
18. Valença	0,31
19. Catu	0,26
20. Itaberaba	0,25
21. Ribeira do Pombal	0,25
22. Barreiras	0,24
23. Jacobina	0,24
24. Porto Seguro	0,24
25. Vitória da Conquista	0,23
26. Santo Antonio de Jesus	0,22
27. Juazeiro	0,20
28. Feira de Santana	0,17
29. Salvador	0,14
30. Senhor do Bonfim	0,11
31. Seabra	0,09

Fonte: RAIS

Assim, a microrregião de Itapetinga é a que apresenta o CRj mais expressivo (0,87). Mas, o que em outra situação mostraria um grande reordenamento estrutural entre os setores industriais presentes dentro da amplitude espacial, neste caso o CRj apenas constata a forte introdução da indústria de calçados no período. Em 1990 esta microrregião sequer estava entre aquelas com pelo menos 1% do emprego, ao tempo em que o setor de alimentos e bebidas era responsável por cerca de 52% do emprego em um total de apenas 586 postos de trabalho industriais. Em 2000, como pode ser visto na Tabela 7, o emprego total de Itapetinga cresce para 5004, passando a representar 4,49% do emprego industrial do estado, enquanto o setor calçadista passa a contar com 4.242 postos, ou 84,7% do total do emprego da microrregião. De fato, por um lado, pode ser afirmada a ocorrência de reestruturação industrial nesta microrregião; porém, por outro lado, trata-se de um processo limitado apenas a um setor, sem maiores conseqüências em termos de complexidade, pelo menos imediatamente.

Quanto à microrregião de Brumado, o valor do CRj (0,71), na verdade, reflete uma inflexão negativa do nível de emprego industrial total provocado pela expressiva perda ocorrida no setor da indústria extrativa mineral, e o crescimento do setor da indústria de minerais não-metálicos, até então menos expressivo. Dessa forma, o peso relativo do emprego no setor extrativista mineral, que era preponderante em 1990 (74%), cai pra 12,8 % em 2000, enquanto a participação do emprego na indústria de minerais não-metálicos sobe de 10,8% em 1990 para 70,5% em 2000. Têm-se, dessa maneira, uma reestruturação absoluta, ou a substituição de um setor fortemente predominante por outro, sem, contudo, maiores implicações dinâmicas para o restante dos setores industriais.

Ainda entre as microrregiões com mais de 1% do emprego industrial e com CRj acima de 0,5 em 2000, temos a situação de Serrinha. O CRj detectado (0,56) decorre da perda ampla no setor de extração mineral e o significativo acréscimo do emprego no setores da indústria têxtil e calçadista. Trata-se, por conseguinte, de uma mudança que pode apontar evidências positivas, já que, por um lado, o segmento que passa a contar com o maior número de empregos em 2000 (51,2%), o setor têxtil, possui, tradicionalmente, maior potencial de aglomeração. Por outro lado, o setor de calçados - que inexistia em 1990 - passa a empregar 22,1% da mão-de-obra da indústria na microrregião em 2000.

Sob os mesmos critérios da participação do emprego e do valor do CRj, há a situação da microrregião de Guanambi, cujo CRj (0,57) reflete um movimento exatamente igual ao padrão da microrregião de Brumado. Isto é, perda acentuada de empregos no setor de extração mineral e introdução expressiva no setor de minerais não-metálicos, portanto, revelando uma reestruturação pobre em termos dinâmicos.

Para a microrregião Ilhéus-Itabuna o coeficiente de reestruturação (0,45) enseja algumas observações. Este dado reflete a queda do setor alimentício de 59% para 25,3% entre 1990 e 2000, o expressivo aumento no setor de calçados (0,04% para 11,4%) e têxtil (2,8% para 20,8%). O setor elétrico e comunicação, onde se localizam os investimentos para implantação do pólo de informática de Ilhéus, pouca participação possui no emprego da microrregião, porém o emprego cresceu em níveis absolutos de 6 para 141 postos de trabalho, revelando o surgimento de um novo setor na microrregião, ou seja, uma alteração na composição setorial que não foi captada pelos indicadores utilizados.

Por sua vez, na microrregião de Jequié, com um CRj de 0,35, o setor calçadista saltou de 1,6% em 1990 para 31,7% em 2000, ultrapassando o têxtil e alimentício que empregavam 44,7% e 27,3% em 1990 e caíram para 19,5% e 29,4%, respectivamente, em 2000.

A microrregião de Porto Seguro recebeu vultosos investimentos no setor de papel e celulose, em particular de empresas produtoras de celulose e madeira, pois a região dispunha de vantagens competitivas bastante atrativas, de tal maneira que ao final da década falava-se na configuração de um pólo industrial de celulose em municípios da microrregião. Entretanto, os efeitos sobre o emprego são pequenos demais, já que o setor é fortemente intensivo em capital. Por essa razão, o coeficiente de reestruturação da microrregião foi tão pouco representativo (0,24). O segmento de papel e papelão cresceu pouco (de 21,7% para 23,4%); o de madeira e mobiliário apresentou, ao contrário, um desempenho ruim (36,7% para 17,5%). Em 2000 o principal setor empregador da microrregião é o alimentício (30,2%), que dez anos antes possuía apenas 19,2% dos empregos.

Em Juazeiro, com um CRj de 0,20, o caso mais notável é o da indústria de calçados, já que em 1990 a mesma inexistia na microrregião e em 2000 era responsável por 18,6% do emprego. Ainda nesta microrregião, outro setor de extrema relevância é o de alimentos e bebidas, cuja absorção de empregos também se elevou em níveis absolutos, mas seu percentual diminuiu na década de 71,6% para 60,8%. Entretanto, isso não deve ofuscar o bom desempenho do segmento alimentício na microrregião, grande exportador de polpas e sucos para várias regiões do mundo.

Finalmente, relativamente às demais microrregiões, destaque-se a situação de Feira de Santana. Como pode ser visto na Tabela 7, a participação relativa do emprego industrial desta microrregião cresce de 7,77% em 1990 para 10,37% no ano 2000. Todavia, o valor do CRj apurado foi de apenas 0,17 no período em tela. Este dado apenas revela que há um certa rigidez na estrutura industrial da microrregião em virtude da presença de um maior número de setores industriais, conferindo à mesma um grau de diversificação mais elevado. Quanto à microrregião que concentra o maior número de empregos na indústria na Bahia, Salvador, a queda relativa bastante significativa entre 1990 e 2000 não acarretou mudanças estruturais de relevo, como mostra o valor do CRj para esta microrregião (0,14). Tal situação, à semelhança de Feira de Santana, foi possível graças à diversidade industrial que a RMS possui.

O critério de aglomerações e participação relativa do emprego

Uma comprovação da descentralização industrial favoravelmente às cidades do interior brasileiro ocorrida no período 1989-1998 foi ilustrada por João Sabóia (2001) com

base no conceito de microrregião, com o qual caracteriza as chamadas “aglomerações industriais”. Desta forma, de acordo com a proposição daquele autor, as microrregiões podem ser classificadas em 5 tipos por ordem de grandeza do emprego industrial que agregam: micro aglomerações (1/5 mil empregos), pequenas aglomerações (5/10 mil empregos), médias aglomerações (10/50 mil empregos), grandes aglomerações (50/100 mil empregos) e macro aglomerações (>100 mil empregos). Muito embora o nível absoluto do emprego na atividade industrial brasileira tenha se reduzido significativamente, como já se sabe, houve um crescimento, no período mencionado, do número de microrregiões (aglomerações). Dessa maneira, se considerarmos o número de microrregiões na indústria de transformação, veremos que em 1989 havia 322 delas; entretanto, em 1998 esse número havia crescido para 339, ou seja, o número de microrregiões nestas condições evoluiu em torno de 5%.

Mesmo assim, pode-se alegar que este índice não é representativo de grande robustez no processo de descentralização que estamos estudando. Porém, a bem da verdade, deve ser dito que desapareceu um determinado número de microrregiões classificado entre as maiores, o que atesta justamente a redução da representatividade das aglomerações mais antigas, em geral localizadas em cidades de maior porte. Assim é que, em 1989 havia 78 médias aglomerações, 11 grandes aglomerações e 9 macro aglomerações. Em 1998 elas se transformaram em 73 (médias), 9 (grandes) e 6 (macro), respectivamente. Em contrapartida, verificou-se o crescimento das micro aglomerações (de 178 para 189) e pequenas aglomerações (de 46 para 62).

Em tese, a expansão do número de micro e pequenas aglomerações para 27 novos locais e a redução das aglomerações de maior porte em 10 locais, estaria a indicar que localidades de menores dimensões, nas quais antes a atividade industrial era nula ou encontrava-se pouco representada, passaram a integrar o mapa da industrialização brasileira. Infelizmente, a nota destoante neste processo foi a região Nordeste, a única que não logrou expandir o número total de microrregiões. Ao contrário, de 66 microrregiões em 1989, o Nordeste passou a contar com 63 delas em 1998. E o que é mais grave, o crescimento ocorreu apenas entre as pequenas aglomerações, constatando-se inclusive redução do número de micro aglomerações na região nordestina. Neste sentido, enquanto o Nordeste não ficou imune ao fenômeno geral de queda do emprego industrial que perpassou a economia brasileira como um todo na década de 90, simultaneamente, não conseguiu inserir-se no processo de estímulo à interiorização da indústria para seu imenso território.

Adaptando esta metodologia para a indústria baiana no período 1990-2000, portanto, associando o critério de participação da microrregião em pelo menos 1% do emprego industrial do estado e o número absoluto de 1.000 empregos, ter-se-ia a seguinte situação conforme mostra a Tabela 7: em 1990 havia 14 microrregiões, ou, aglomerações industriais no estado da Bahia. Já em 2000 esse número havia crescido para 17. Quer dizer, no espaço de 10 anos, apenas mais três microrregiões passaram a contar com pelo menos 1% do total do emprego industrial na Bahia, ou seja, um crescimento de 21,4% no número de aglomerações industriais, mas, de qualquer forma muito superior ao padrão brasileiro do período 1989-1998.

Tabela 7
Bahia – Indústria de transformação e extrativa mineral
Distribuição do emprego por microrregião: 1990 e 2000

MICRORREGIÕES	1990	%	MICRORREGIÕES	2000	%
1. Salvador	63.459	58,3	1. Salvador (1)	48.200	43,26
2. Feira de Santana	8.453	7,77	2. Feira de Santana (2)	11.554	10,37
3. Ilhéus-Itabuna	4.913	4,51	3. Ilhéus-Itabuna (3)	8.373	7,51
4. Sto Antonio de Jesus	4.163	3,82	4. Porto Seguro (7)	5.184	4,65
5. Catu	4.111	3,78	5. Itapetinga (18)	5.004	4,49
6. Juazeiro	2.906	2,67	6. Catu (5)	4.505	4,04
7. Porto Seguro	2.639	2,42	7. Jequié (8)	3.886	3,49
8. Jequié	2.497	2,29	8. Juazeiro (6)	3.539	3,18
9. Alagoinhas	2.050	1,88	9. Vitória da Conquista (14)	3.198	2,87
10. Valença	1.891	1,74	10. Sto Antonio de Jesus (4)	2.995	2,69
11. Brumado	1.714	1,57	11. Serrinha (13)	2.065	1,85
12. Sr. do Bonfim	1.682	1,55	12. Alagoinhas (9)	1.761	1,58
13. Serrinha	1.490	1,37	13. Sr. do Bonfim (12)	1.645	1,48
14. Vitória da Conquista	1.456	1,34	14. Guanambi (16)	1.600	1,44
15. Jacobina	976	0,90	15. Barreiras (17)	1.295	1,16
16. Guanambi	852	0,78	16. Valença (10)	1.287	1,16
17. Barreiras	739	0,68	17. Brumado (11)	1.277	1,15
18. Itapetinga	586	0,54	18. Itaberaba	973	0,87
19. Entre Rios	532	0,49	19. Jacobina	684	0,61
20. Boquira	458	0,42	20. Paulo Afonso	413	0,37
21. Euclides da Cunha	368	0,34	21. Irecê	388	0,35
22. Itaberaba	349	0,32	22. Entre Rios	299	0,27
23. Seabra	144	0,13	23. Ribeira do Pombal	242	0,22
24. Irecê	120	0,11	24. Euclides da Cunha	213	0,19
25. Paulo Afonso	79	0,07	25. Sta Maria da Vitória	201	0,18
26. Livramento do Brumado	51	0,05	26. Boquira	167	0,15
27. Sta Maria da Vitória	44	0,04	27. Seabra	145	0,13
28. Ribeira do Pombal	44	0,04	28. Barra	109	0,10
29. Barra	36	0,03	29. Bom Jesus da Lapa	101	0,09
30. Jeremoabo	23	0,02	30. Livramento do Brumado	93	0,08
31. Bom Jesus da Lapa	22	0,02	31. Jeremoabo	32	0,03
Total	108.847	100,00		111.428	100,00

Fonte: RAIS. Os números entre parênteses indicam a posição da microrregião em 1990.

Vejamos agora o comportamento da indústria baiana de acordo com perspectiva da relação entre capital e interior. Partiremos das constatações feitas por Sabóia para o perío-

do 1989-1998, o que implicará em algumas restrições quanto aos resultados a que chegaremos para a Bahia, posto que para esta a análise está centrada no período 1990-2000. Destarte, os dados oficiais do emprego formal industrial corroboram que, se, em 1989, 52,8% do emprego industrial do país se encontrava nas capitais e 47,2% no interior, em 1998 se consolidaria uma reversão de quase nove pontos percentuais (44,1% nas capitais e 55,9% no interior). Contudo, espacialmente, o resultado mais amplo presenciado no país não foi observado no Nordeste, pois nesta região a localização do emprego formal na indústria mudou de 51,7% nas capitais e 48,3% no interior, em 1989, para 49,0% nas capitais e 51,0% no interior, em 1998 (SABOIA, 2001, pp. 2 e 6). Em 1990 a RMS contava com 58,3% enquanto o interior possuía 42,7% do emprego industrial do Estado. No ano 2000 a situação se reverte consideravelmente, passando para 43,3% na RMS e para 56,7%, um pouco melhor do que padrão da economia brasileira e bastante superior ao Nordeste no período 1989-1998. Trata-se de um resultado digno de nota, dado que o emprego total permanece praticamente inalterado em todo o período.

A análise particularizada por microrregião nos mostra que o caso mais surpreendente é o da microrregião de Itapetinga, cuja participação no emprego total salta de 0,54% para 4,4%, impulsionado exclusivamente pelo ramo calçadista. Juazeiro e Jequié, também novos destinos das fábricas de calçados, ampliaram suas participações no estado, contudo, numa proporção menor, pois estas microrregiões já possuíam uma diversificação industrial mais acentuada. Ao mesmo tempo, um número muito grande (12 de um total de 31) de microrregiões continuou a apresentar, em um espaço de 10 anos, um volume de emprego industrial muito baixo, e em algumas microrregiões praticamente insignificante.

Podemos agora avaliar a relação entre concentração e descontração da indústria baiana com base em outra perspectiva. Assim, se adotarmos uma composição que utilize a intersecção entre microrregiões e os setores industriais ver-se-á uma situação relativamente contraditória.

Na verdade, em 1990, como mostram os dados das Tabelas 8 e 9, as aglomerações industriais, nos termos definidos acima, concentravam o emprego dentro de um intervalo de 75,32% a 99, 89% relativamente aos nove principais setores da indústria baiana. Em 2000, quando o número de aglomerações (microrregiões) industriais cresce de 14 para 17, concomitantemente a uma reversão significativa do emprego entre capital e interior, como

já constatado acima, a concentração setorial no conjunto destas aglomerações se expande, observando-se um intervalo que vai de 84,14% a 100,00%.

Quanto ao emprego total, as aglomerações, que em 1990 detinham 95,02%, passam a contar com 96,36% em 2000. Isto quer dizer que, neste último ano, a presença do emprego e dos principais setores da indústria continuavam praticamente ausentes de 14 microrregiões.

Em 1990, as aglomerações apresentavam um número médio de 7.387 empregos, enquanto as não-aglomerações dispunham de um número médio de 387 e a média estadual correspondia a 3.511. No ano 2000 as aglomerações apresentavam uma média de emprego de 6.315, as não-aglomerações detinham a média de 290, enquanto que a média estadual alcançava 3.594 empregos.

Tabela 8
Bahia - distribuição do emprego industrial por microrregiões e setores selecionados: 1990

Microrregiões	Extrat Mineral	Ind. Metal.	Ind. Mecân.	Mad e Mob.	Papel e Graf	Ind. Quim	Ind. Textil	Ind. Calçados	Alim. e Beb	Demais Setores	Total	%
1. Salvador	702	5.346	3.287	2.841	4.286	24.086	5.785	176	8.185	8.765	63.459	58,3
2. Feira de Santana	228	580	66	706	840	1.019	614	47	1.840	2.513	8.453	7,77
3. Ilheus-Itabuna	89	45	16	312	199	368	140	2	2.900	842	4.913	4,51
4. Sto A. de Jesus	55	333	3	196	993	175	51	0	1.339	1.018	4.163	3,82
5. Catu	1	1.097	43	22	0	51	11	0	2.711	175	4.111	3,78
6. Juazeiro	82	2	1	25	50	1	179	0	2.081	485	2.906	2,67
7. Porto Seguro	43	5	35	969	575	34	35	5	509	429	2.639	2,42
8. Jequié	16	20	0	183	34	43	1.118	41	683	359	2.497	2,29
9. Alagoinhas	6	0	0	1.230	32	32	32	4	78	636	2.050	1,88
10. Valença	79	8	3	71	0	221	928	4	285	292	1.891	1,74
11. Brumado	1.267	2	133	0	15	0	105	0	7	185	1.714	1,57
12. Sr. do Bonfim	1.100	3	0	24	4	14	14	0	122	401	1.682	1,55
13. Serrinha	815	1	0	26	14	5	382	2	67	178	1.490	1,37
14. V. da Conquista	95	79	106	140	60	141	41	27	355	412	1.456	1,34
Total Parcial (a)	4.578	7.521	3.693	6.745	7.102	26.190	9.435	308	21.162	16.690	103.424	95,01
Demais Microrregiões	1.500	393	4	287	226	36	428	3	1.515	1.031	5.423	4,99
Total Geral (b)	6.078	7.914	3.697	7.032	7.328	26.226	9.863	311	22.677	17.721	108.847	100,00
(a)/(b)	75,32	95,03	99,89	95,92	96,92	99,86	95,66	99,04	93,32	94,18	95,02	

Fonte: RAIS

Tabela 9
Bahia - distribuição do emprego industrial por microrregiões e setores selecionados: 2000

Microrregiões	Extrat Mineral	Ind. Metal.	Ind. Mecân.	Mad e Mob.	Papel e Graf	Ind. Quim	Ind. Textil	Ind. Calçados	Alim. e Beb	Demais Setores	Total	%
1. Salvador	1.116	4.146	1.080	1.575	3.112	15.827	5.923	125	10.555	4.741	48200	43,26
2. Feira de Santana	195	862	151	399	889	1.221	2.395	123	2.631	2.688	11554	10,37
3. Ilheus-Itabuna	594	110	852	538	100	195	1.748	956	2.124	1.156	8.373	7,51
4. Porto Seguro	226	89	157	911	1.215	186	80	3	1.570	747	5.184	4,65
5. Itapetinga	134	2	3	45	16	4	5	4.242	400	153	5.004	4,49
6. Catu	883	632	78	141	0	20	49	0	2.394	308	4.505	4,04
7. Jequié	101	49	29	140	45	260	759	1.232	1.144	127	3.886	3,49
8. Juazeiro	28	22	0	23	41	65	77	660	2.153	470	3.539	3,18
9. V. da Conquista	74	382	41	204	131	499	272	143	904	548	3.198	2,87
10. Sto A. de Jesus	83	184	0	228	345	71	159	397	1.084	444	2.995	2,69
11. Serrinha	1	25	0	52	32	70	1.057	458	149	221	2.065	1,85
12. Alagoinhas	53	3	0	109	61	25	23	0	620	867	1.761	1,58
13. Sr. do Bonfim	1.159	3	23	2	26	15	18	0	69	330	1.645	1,48
14. Guanambi	69	35	0	96	41	8	275	3	155	918	1.600	1,44
15. Barreiras	43	124	16	83	59	188	57	0	561	164	1.295	1,16
16. Valença	5	30	17	32	25	3	441	0	461	273	1.287	1,16
17. Brumado	163	10	17	3	31	17	32	0	81	923	1.277	1,15
Total Parcial (a)	4.927	6.708	2.464	4.581	6.169	18.674	13.370	8.342	27.055	15.078	107.368	96,36
Demais Microrregiões	929	46	0	668	139	37	126	8	1.033	1.074	4.060	3,64
Total Geral (b)	5.856	6.754	2.464	5.249	6.308	18.711	13.496	8.350	28.088	16.152	111.428	100.
(a)/(b)	84,14	99,32	100,00	87,27	97,8	99,8	99,07	99,9	96,32	93,35	96,36	

Fonte: RAIS

5. CONCLUSÃO

O principal objetivo desta pesquisa foi o de investigar, em termos exploratórios, o desempenho industrial do estado da Bahia no período 1990-2000 a partir da evolução do emprego formal. Em primeiro lugar constatou-se o aumento da ocupação formal na indústria do interior, o que significa de certa forma a existência de uma tendência de redirecionamento do processo de revigoramento econômico para fora do entorno da capital. Isso, contudo, não deve ocultar o fato de que as cidades interioranas nas microrregiões que obtêm sucesso minimamente significativo são aquelas que já possuíam alguma base industrial, salvo pequenas exceções. Ou seja, houve desconcentração do emprego industrial, mas em favor de algumas microrregiões, em detrimento de outras com menor tradição neste setor da atividade econômica.

Além disso, essa interiorização da indústria aconteceu quase exclusivamente em função da implantação do setor calçadista, que desponta como um novo setor dinâmico do estado, principalmente pelo seu efeito multiplicador sobre o emprego e pela dispersão espacial que o mesmo apresenta, característica também encontrada em menor proporção no setor têxtil. O ramo de alimentos e bebidas, embora relativamente estagnado espacialmente – conforme o coeficiente de redistribuição – ainda é o ramo industrial mais disperso e o que mais absorve mão-de-obra.

Em segundo lugar, corroborando essa constatação, os resultados mostraram que a reestruturação industrial foi relativamente modesta no estado, o que coloca em cheque a orientação oficial voltada para a diversificação industrial para além da especialização na produção na produção de bens intermediários.

Como foi apresentado, a Bahia experimentou na década de 90 um novo ciclo de investimentos, com um perfil diferente dos anteriores, em um contexto onde a concorrência desmesurada impõe uma nova lógica norteadora das decisões de alocação dos recursos, exigindo iniciativas de fomentação de arranjos produtivos capazes de comportar esses empreendimentos modernos. As iniciativas adotadas possibilitaram a expansão do emprego em várias microrregiões no interior, a exemplo de Itapetinga, contudo não conseguiram evitar a queda acentuada na microrregião de Salvador, que, em verdade, deveu-se à reorganização das atividades industriais face os fenômenos da globalização.

Isto mostra que os projetos de investimentos na indústria permitiram a expansão do emprego industrial no interior do estado. Entretanto, simultaneamente, representou, na prática, uma transferência de parte dos empregos verificados na RMS no início da década de 1990, fato que decorreu da incapacidade da política governamental em expandir de forma significativa o contingente absoluto de empregos na indústria no estado da Bahia.

A propalada ênfase no adensamento industrial, com o estímulo à constituição de cadeias produtivas, questão que não foi aferida rigorosamente neste estudo, o que poderia ser efetivado mediante a criação de arranjos produtivos locais, aparentemente mostrou-se efetivamente nulo. Isto está indicado pelo fato de que as microrregiões que apresentaram valores mais significativos para coeficiente de reestruturação no período 1990-2000, apenas revelam a introdução de, quase sempre, apenas um setor industrial onde nada havia anteriormente, ou, por outro lado, traduz a substituição de setores antes em atuação por outros que passam atuar no local.

Convém destacar que esta análise pautou-se em critérios que conferem à mesma um caráter exploratório. As medidas de localização e especialização empregadas não permitem uma avaliação mais qualitativa sem o recurso às variáveis de controle ou aos filtros de especialização. Mesmo assim, pode-se afirmar com uma certa segurança que, até o ano 2000, a desconcentração e a reestruturação industrial da indústria baiana foram relativamente modestas.

BIBLIOGRAFIA:

- AZEVEDO, P. F.de & TONETO JÚNIOR R. Relocalização do Emprego Industrial no Brasil na Década de 90. IPEA, Texto para Discussão, nº 7, 2000.
- AZEVEDO, P. F.de & TONETO JÚNIOR R. Fatores Determinantes da Relocalização Industrial no Brasil na década de 90. In: XXV Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Recife. Anais..., 1997.
- BRITTO, J. & ALBUQUERQUE, E. M. Estrutura e dinamismo de clusters industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir dos dados da RAIS. In L. F. TIRONI, Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais. Brasília: IPEA, 2001.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. In: Economia e Sociedade, Campinas, IE/Unicamp, nº 8, junho de 1997.
- CASSIOLATO, J. E. & BRITTO, J. Mais além da guerra fiscal: políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro. In: Revista Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, vol. 28, número 3, dezembro de 2000.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. In: Nova Economia, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.35-64, set.1993.
- FIEB/SEI. Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia. Salvador, Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Governo do Estado da Bahia, 1998.
- GALVÃO, O. J. de A. Globalização, Novos Paradigmas Tecnológicos e Processos de Reestruturação Produtiva no Brasil e no Nordeste. XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Economia, ANPEC, Anais, 1999.
- GUERRA, O. & Gonzalez, P. Novas mudanças estruturais na economia baiana: mito ou realidade? In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, BNB, v. 32, nº 3, pp. 308-321, julho-setembro de 2001.
- GUERRA, O. & Teixeira, F. 50 anos da industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In: BAHIA ANÁLISE & DADOS, Salvador, SEI, vol 10, nº 1, p 87-98, Julho 2000.
- HADDAD, P. Medidas de localização e especialização. In: Haddad, Paulo (org). Economia Regional, Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza, BNB, 1989.
- MENEZES, V. O Comportamento Recente e os Condicionantes da Evolução da Economia Baiana. In: Tendências da Economia Baiana. Salvador, SEPLANTEC, pp. 469-481, (Série Estudos Estratégicos), 2000.
- _____. Evolução e Alternativas de Inserção Industrial: uma proposta para a Bahia. In. Reflexões de Economistas Baianos. Salvador, CORECON, 2001.
- NEGRI, B. A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990). Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, Texto para Discussão, nº 23, julho de 1993.
- PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. In: Economia e Sociedade, Campinas, (6), p 113-140, junho 1996.
- _____. Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores de Produção e do investimento industrial. Brasília: IPEA, (Texto para discussão, 633), 1999.
- RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), Ministério do Trabalho e Emprego, CD-ROM, 1900-2000.
- SABÓIA, João. A dinâmica da descentralização industrial no Brasil. In: V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa. Évora, outubro de 2001.
- SEI/SEPLANTEC. A Indústria Baiana nos anos 90. Salvador, Série Estudos e Projetos, n. 37, abril de 1998.
- SOUZA, R. L. de & PACHECO, F. K. A política de atração de investimentos na Bahia: uma breve análise. In: Conjuntura & Planejamento, Salvador, SEI/SEPLANTEC, nº 107, pp. 13-20, abril de 2003.